

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

### **REQUERIMENTO Nº , DE 2010 (do Senhor Raul Jungmann)**

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discussão de uma nova política de combate às drogas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 24 c/c 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discussão de uma nova política de combate às drogas, com a presença das seguintes autoridades:

- 1) Senhor Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas;
- 2) Senhor Ricardo Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- 3) Senhor Rubem César Fernandes, Secretário da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia;
- 4) Senhor Luiz Fernando Correa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

### **JUSTIFICATIVA**

Em novembro de 2009, o governo federal criou um programa intitulado como “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”. Referida iniciativa foi implementada através de esforços conjuntos da Secretaria Nacional Antidrogas e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci.

Em participação de Audiência Pública nesta Casa, através de convite feito pela CPI da Violência Urbana, o senhor Ricardo Balestreri evidenciou a estratégia da presença do Estado nas regiões com altos índices de criminalidade através do Pronasci. Paralelamente, o programa de combate às drogas se propôs a ações de reinserção social, especialmente, de jovens entre 12 e 29 anos. Num primeiro momento, as ações se concentrariam em territórios de conflito das regiões metropolitanas de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ),

Vitória (ES), Salvador (BA), Distrito Federal (DF) e entorno que, no total, abrangem cerca de 22 milhões de habitantes.

No sítio eletrônico da Secretaria Nacional Antidrogas, tem-se a informação de que as referidas ações integradas de combate às drogas seriam, continuamente, avaliadas por instituição de ensino superior.

De outro lado, na página do meu blog ([www.rauljungmann.com.br](http://www.rauljungmann.com.br)), uma enquete referente à atual política antidrogas não tem refletido a satisfação dos eleitores. Resultados recentes demonstram que mais de 70% (setenta por cento) dos votantes são favoráveis a desriminalização de usuários e ao estabelecimento de penas mais duras para traficante e, ainda, menos de 30% (trinta por cento) dos votantes aprovam a atual política antidrogas.

Decorridos pouco mais de quatro meses da implantação das “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” e face ao suposto impacto negativo sobre a população, não só quanto às iniciativas do Poder Executivo mas, quanto à sua adequada instrumentalização através de leis modernas, fazem-se necessárias as presenças, igualmente, do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Secretário da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia de maneira a trazerem informações sobre suas experiências e reclamações sobre as lacunas legislativas, impeditivas de uma política antidrogas mais eficaz.

Neste sentido, reitero o pedido de Audiência Pública para que nós, do Poder Legislativo, possamos cooperar de maneira mais incisiva sobre as falhas que o atual sistema apresenta.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2010.

**Deputado RAUL JUNGMANN  
PPS/PE**